

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

04/07/2018

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Debatedores responsabilizam reforma trabalhista por aumento do desemprego e da informalidade

A reforma trabalhista (Lei 13.467/17) foi criticada na tarde desta terça-feira (3) por deputados, sindicalistas, juízes, auditores e procuradores do Trabalho que participaram de seminário promovido pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. Para os debatedores, a reforma não modernizou as relações de trabalho, pois aumentou a informalidade e o desemprego, estabeleceu formas precárias de contrato de trabalho, enfraqueceu sindicatos, criou insegurança jurídica, dificultou o acesso à Justiça do Trabalho e mesmo ameaçou a existência desse ramo do Judiciário, diminuindo os direitos sociais previstos na Constituição. O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Carlos Fernando da Silva, afirmou que a reforma teve o efeito contrário do que foi apregoado. "O alto grau de 'pejotização' [contratação como pessoa jurídica], a terceirização precarizante, a informalidade, a proteção da mulher, o avanço da automação, o alto grau de rotatividade do mercado de trabalho do Brasil, os acidentes de trabalho reiterados, estes são alguns exemplos de problemas que deveriam ser objeto do tratamento da nova legislação, mas o resultado, na verdade, fomentou esses problemas, porque eles agora foram legalizados", afirmou. Para o procurador-geral do Ministério Público do Trabalho, Ronaldo Fleury, o exemplo internacional de reformas foi negativo. "Em todos os países onde houve reforma semelhante, como Espanha, Itália e México, ela causou o aumento das desigualdades e a diminuição da massa salarial, com profundas consequências econômicas. E é o caminho que nós estamos traçando. O Brasil não é um país absolutamente divorciado do resto do mundo. Se, em todos os países onde a reforma ocorreu, houve esse efeito, por que isso não iria acontecer no Brasil?", questionou.

Leia mais: Agência Câmara - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Fim da contribuição sindical obrigatória pode reduzir direitos, dizem especialistas

Especialistas temem que o fim da contribuição sindical obrigatória reduza direitos trabalhistas. Eles debateram o assunto nesta terça-feira (3) na Subcomissão do Estatuto do Trabalho, ligada à Comissão de Direitos Humanos (CDH). A audiência foi realizada uma semana após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter considerado constitucional o fim da contribuição sindical obrigatória. A cobrança virou opcional a partir da reforma trabalhista, que passou a valer em novembro. O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que houve esvaziamento financeiro dos sindicatos. Segundo ele, isso cria um enorme desequilíbrio entre os representantes dos trabalhadores e as organizações patronais, acabando com a livre negociação coletiva.

— E o trabalhador, não vai ter nada? Vai ter que andar de bicicleta, a cavalo ou a pé? Como vai manter a estrutura, que vai desde a base à federação, à confederação?

Representantes sindicais e de associações também participaram da audiência. O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Helder Amorim, criticou o fim da contribuição sem um período de transição para o novo modelo. Ele disse que a lacuna poderá trazer prejuízos para o trabalhador nas negociações coletivas.

Leia mais: Agência Senado - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Paim anuncia projeto para a volta do imposto sindical

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal rejeitou a volta da contribuição sindical obrigatória. Nas ações, diversos sindicatos alegaram que sem esses recursos não conseguem prestar assistência aos trabalhadores nem atuar nos acordos coletivos. Um dos relatores da Reforma Trabalhista, senador Romero Jucá (MDB-RR), destacou que caberá às entidades correr atrás de filiações. O senador Paulo Paim (PT-RS) revelou que apresentará um projeto para a volta da contribuição sindical, desde que aprovada por cada uma das categorias.

Fonte: Agência Senado - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Comissão debate contribuição e aposentadoria diferenciada para pessoas com deficiência

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência discute, nesta quarta-feira (4), proposta que estabelece um Plano de Custeio da Previdência Social para estabelecer alíquota diferenciada de contribuição facultativa de pessoas com deficiência, incluindo autistas, e reduz a idade mínima para concessão do benefício para esses segurados (PLP 168/15). O debate atende a requerimentos dos deputados Fábio Trad (PSD-MS) e Luiz Couto (PT-PB). "O projeto é de grande relevância, pois amplia a cobertura previdenciária da pessoa com deficiência e assegura critério diferenciado para obtenção da aposentadoria, conforme prevê a Constituição Federal, onde estabelece que por meio de lei complementar, seja definido os requisitos e critérios para concessão de aposentadoria às pessoas com deficiência", explica Trad. Foram convidados, entre outros:

- O secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Abi-Ramia Caetano;
- A representante da Associação dos Pais e Responsáveis Organizados pelos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista Carolina Spinola Alves Correa; e
- O presidente do Conselho Brasileiro do Prêmio Orgulho Autista, Fernando Cotta.

A reunião será realizada às 15 horas, no plenário 13.

Fonte: Agência Câmara - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Guarujá - Funcionários aceitam 2,5% de reajuste salarial da Translitoral

Os profissionais da Translitoral - responsável pelo transporte público em Guarujá - chegaram a um acordo com a empresa e colocaram fim à possibilidade de greve. Eles garantiram um reajuste de 2,5% nos vencimentos, que será pago em duas etapas. A princípio a categoria receberá 1,69% retroativo a maio, quando é celebrada a data-base da categoria. O complemento, que representa 0,81% ao mês, será quitado de uma só vez em outubro. A proposta foi apresentada pela Translitoral durante audiência de instrução e conciliação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em São Paulo, na tarde desta terça-feira (3) e, posteriormente, aprovada pelos trabalhadores, em assembleia realizada no Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guarujá, às 19 horas. A reunião, inclusive, foi decisiva para que 100% da frota de ônibus fosse colocada para circular. Por volta das 5 horas, do mesmo dia, trabalhadores e diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Santos e Região (Sindrod) resolveram cancelar a paralisação para ouvir a proposta da empresa na Capital.

Leia mais: <http://www.atribuna.com.br/noticias/noticias-detalle/cidades/funcionarios-aceitam-25-de-reajuste-salarial-da-translitoral/?cHash=6afda23c4bb18458d0aae0dbb7947092>